

Sindicalismo docente, memória e emancipação

Ao contrário do que se possa pensar, a história do sindicalismo docente em Portugal não começa com a revolução democrática de Abril de 1974. As fontes da história da educação têm muito mais a dizer para quem associa a reflexão sobre a profissão de professor à ação decisiva dos sindicatos.

Vale a pena, a este propósito, visitar o livro *Os Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário* (1969-1974). As raízes do sindicalismo docente, de Maria Calvet Ricardo (2016), bem como o livro *O Despertar do Associativismo Docente* (1813-1820) de Rogério Fernandes, ambos das edições universitárias lusófonas. Na nota de apresentação deste último, António Teodoro (2010) sublinha que é importante termos consciência de que “os projetos de emancipação humana, como é, inequivocamente, a luta pela valorização da profissão docente, não podem desprezar a memória histórica”. Nesta frase inspiradora, que denuncia e anuncia, estão condensados dois dos mais importantes desafios do tempo atual, para os quais, muitos de nós, estamos despreparados e desprevenidos. O primeiro, é o desafio dos projetos de emancipação; o outro, é o desafio da memória histórica.

A emancipação teve e tem diversas leituras. E quando é pensada e justificada no âmbito das grandes metanarrativas históricas (como o cristianismo e o marxismo, entre outras), sobressaem, pelo menos, dois pilares estruturantes e diferenciáveis: um costuma remeter para uma racionalidade escatológica e transcendental; o outro está alicerçado na realidade material e na racionalidade científica. Ambos, por condições várias, têm vindo a ser confrontados com novos dilemas e, nalguns casos, desconfianças e crises de legitimidade. Por um lado, muitas práticas sociais entram em choque e contradição profunda com os ideários de algumas religiões, que, mesmo assim, as tentam justificar. Por outro lado, muitos movimentos de extrema-direita estão a emergir e a alastrar, esboroando a democracia e apregoando visões negacionistas que têm posto em causa a própria ciência (com todas as consequências).

Quanto à memória histórica, uma grande ameaça é o presentismo que se traduz no aqui e agora, sem passado e sem futuro, lugar de convergência de formas paradoxais de estar no mundo e na vida — das estratégias de sobrevivência, que as desigualdades acentuam, à interiorização fatalista de que nada está garantido no futuro e o que é preciso é exaurir o presente, o mais

obsessivamente possível. Um presentismo que é, também, o tempo das paixões tristes e das desigualdades múltiplas (na visão de F. Dubet), atravessado por medos, ignorâncias e alienações, e maximizando os sintomas de des-historicização.

Felizmente, não desapareceram (nem desaparecerão) as resistências contra o apagamento ou o -amortecimento da memória histórica. Elas continuam a existir em escolas e instituições de ensino superior, em centros de investigação, em associações da sociedade civil e, neste caso, em muitos sindicatos enquanto “movimentos sociais e expressão da ação coletiva”. Neles, acrescenta M. Carvalho da Silva, “embora privilegiando o impacto da ação coletiva, nem por isso se deixa de observar como a ação individual é relevante [...] nomeadamente, em relação ao papel dos líderes” (in *Ação Sindical, transformação e desenvolvimento*. Campo das Letras, 2000, p. 50). Não se trata, é bom advertir, de adesão a qualquer lideracionismo. Pelo contrário, trata-se de organizações sindicais que assentam em pilares fortes de democracia participativa, têm direções colegiais e instâncias várias de análise e decisão coletiva. É a pensar nelas que quero hoje lembrar, de modo especial, o papel dos dirigentes dos sindicatos dos professores portugueses. Para além de muitos outros e outras que estiveram e estão à frente de sindicatos (de diferentes orientações ou proximidades político-ideológicas), quero referir três nomes carismáticos, que respeito e admiro: António Teodoro, Paulo Sucena e Mário Nogueira. Anunciada agora a saída deste último da liderança da Fenprof, quero registar o privilégio que tive pelos momentos e lugares em que pude testemunhar e aprender com Mário Nogueira. Digo-o, também e sobretudo, por todas as lutas dos professores a que deu rosto, e nas quais coletivamente se empenhou, sempre contra o apagamento da memória coletiva e a favor da emancipação. Foram lutas que continuaram um percurso anterior de conquistas de direitos, com a frontalidade e determinação de quem tem convicções profundas e uma forma desassombrada de estar na vida como cidadão, professor e sindicalista.

Almerindo Janela Afonso